

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.548.031 - SC (2019/0213701-6)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : JANOIR BENO FIEDLER
ADVOGADOS : KESLEY DE MORAES SILVA - SC030490
DANIEL DE MELLO MASSIMINO - SC027807B
Anderson dos Santos - SC040231
AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : HUMBERTO PRADI - SC002706
THIAGO CARLOS EMMENDÖRFER E OUTRO(S) - SC022747

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu o recurso especial em virtude da incidência das Súmulas n. 283 e 284 do STF (e-STJ fls. 101/103).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 35):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE, REVOGANDO A SUSPENSÃO DO PROCESSO DECORRENTE DE ACORDO DAS PARTES, DETERMINA A EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE APREENSÃO DO VEÍCULO. RECURSO DA PARTE RÉ, NA VIGÊNCIA DO CPC/15. PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 1.003, § 5º, DO NCPC, EXCEDIDO. RECURSO INTEMPESTIVO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL QUE OBSTA O SEGUIMENTO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos, para manter a mora do devedor (e-STJ fls. 49/59).

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 61/73), interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, o recorrente apontou, além do dissídio jurisprudencial, violação do art. 223, *caput*, § 1º, do CPC/2015.

Alegou que o recurso é tempestivo, pois "em detida análise dos autos, é possível constatar que a citação efetiva do recorrente se deu apenas no momento da efetiva apreensão do veículo alienado fiduciariamente, mais precisamente na data de 15 de dezembro de 2017" (e-STJ fl. 64).

Sustentou a ocorrência de dissídio jurisprudencial, isto que entende que seria necessária nova constituição em mora, porque as parcelas em atraso não estariam contempladas no acordo.

No agravo (e-STJ fls. 114/121), afirma estarem presentes todos os requisitos de admissibilidade do especial e defende não incidir o óbice apontado.

A parte recorrida apresentou contraminuta (e-STJ fls. 124/126).

É o relatório.

Decido.

De início, quanto à intempestividade do agravo de instrumento, o Tribunal de origem entendeu que a citação do devedor teria ocorrido em 16/11/2017, nos seguintes termos (e-STJ fls. 37/38):

Na origem, cuida-se de ação de busca e apreensão de veículo objeto de pacto de alienação fiduciária celebrado entre as partes cujo pedido liminar foi deferido em primeiro grau, na data de 25-11-2016 (fl. 51 do SAJPG).

Ato contínuo, na data de 22-12-2016, as partes apresentaram petição intermediária informando a composição extrajudicial das parcelas inadimplidas relativas aos meses de julho a dezembro de 2016, oportunidade em que o réu, Janoir Beno Fiedler, compareceu espontaneamente ao feito dando-se por citado (fls. 53-54 do SAJPG).

Na data de 6-7-2017, o pedido de suspensão do processo foi deferido, com lastro no art. 313, II, do CPC, até o cumprimento integral da avença, nos termos requeridos (fl. 61 do SAJPG).

Em 6-9-2017, o banco requereu o regular prosseguimento do feito, em decorrência do descumprimento do indigitado pacto (fl. 64 do SAJPG).

Após, em 28-9-2017, a magistrada singular determinou a expedição do mandado de busca e apreensão (fl. 70), contra a qual o réu/agravante interpôs o presente recurso.

Consoante informa a certidão lavrada pela Oficial de Justiça designada da causa, na diligência realizada na data de 28-10-2017, embora o veículo não tenha sido localizado, o réu/agravante tomou ciência acerca do teor da decisão agravada (fls. 76-77).

À fl. 78, foi certificado que referido mandado foi juntado aos autos na data de 16-11-2017 (quinta-feira), sendo o dia útil subsequente o momento em que se inicia o cômputo do prazo para a interposição de recurso ao interessado, na forma do art. 231, II, c/c 1.003, §§ 2º e 5º, do CPC.

Logo, o prazo para interposição de agravo de instrumento contra a decisão de fl. 70 do SAJPG iniciou em 17-11-2017 (sexta-feira), com termo final em 7-12-2017 (quinta-feira). Não obstante, o presente recurso foi interposto apenas em 9-2-2018 (fl. 1), quando já transcorrido o prazo legal.

A revisão das conclusões adotadas pela Corte de origem, notadamente quanto à data da citação e ao conteúdo das certidões apresentadas pelo oficial de justiça, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, medida inviável em recurso especial, por força da Súmula n. 7 do STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CARACTERIZADA. NULIDADE DA CITAÇÃO. FÉ PÚBLICA DO OFICIAL DE JUSTIÇA. PRESUNÇÃO *IURIS TANTUM* DE VERACIDADE E AUTENTICIDADE. NECESSIDADE DE PROVA EM CONTRÁRIO PARA O SEU AFASTAMENTO. INADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL QUE DEMANDA O REEXAME DE PROVAS. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Não há omissão ou deficiência de fundamentação quando o Tribunal adota fundamentação suficiente, embora diversa da pretendida pela ora agravante, para a solução integral da controvérsia.

2. Consoante a jurisprudência desta Corte, a "certidão emitida por serventuário do Judiciário goza de fé pública, demandando a produção de prova em contrário para que seja abalada sua presunção *juris tantum* de veracidade" (STJ, AgRg no AREsp 389.398/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Terceira Turma, DJe de 10/10/2014).

3. É inadmissível o recurso especial se a análise da pretensão da recorrente demanda o reexame de provas.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp n. 1.687.352/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/2/2018, Dje 8/3/2018.)

AGRAVO INTERNO - AGRAVO - REVELIA - CITAÇÃO - NULIDADE - INOCORRÊNCIA - REEXAME DE PROVAS

1.- A verificação sobre as alegações da recorrente exige o reexame do quadro fático-probatório, o que não se admite por força do enunciado 7 da Súmula desta Corte.

2.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp n. 481.104/RJ, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/4/2014, DJe 16/5/2014.)

Por outro lado, no julgamento dos embargos de declaração, a Corte estadual entendeu que a mora estaria configurada, nos seguintes termos (e-STJ fls. 54/57):

Alega o agravante que não foi devidamente constituído em mora, porquanto não foi notificado extrajudicialmente acerca do seu inadimplemento posterior ao acordo celebrado com a instituição financeira autora.

Exsurge dos autos que, em 25-11-2016, por compreender constituída a mora por meio do protesto do título à fl. 41 dos autos originários, o magistrado singular deferiu a medida liminar de busca e apreensão (fl. 51 SAJPG).

Ato contínuo, as partes apresentaram petição intermediária informando a composição de acordo extrajudicial, no qual o devedor fiduciante confessou expressamente a dívida, na seguinte cláusula:

1- A parte requerida comparece espontaneamente nos autos, sem qualquer espécie de coação, dando-se por citada (artigo 239, § 1º do Novo Código de Processo Civil), mesmo sem a nomeação de advogado, pois "A assistência de advogado não constitui requisito formal de validade de transação celebrada extrajudicialmente, mesmo versando sobre direitos litigiosos (STJ, Resp 886.326, Resp 222.936), e confessa estar em débito perante o Banco com relação às parcelas vencidas de julho a dezembro/2016, isto correspondente à Cédula de Crédito Bancário n. 510/3,955437 [...] (vide fls. 53/54).

Diante do acordado, a instituição financeira autora postulou a suspensão do feito, e requereu a retirada da restrição no sistema Renajud (fl. 55 SAJPG), o que foi realizado na decisão de fl. 61 SAJPG.

Em 6 de setembro de 2017, face ao descumprimento do acordo por parte do réu, o autor requereu o prosseguimento do feito (fl. 64 SAJPG).

Na decisão de fl. 70 SAJPG, foi determinado nova expedição do mandado de busca e apreensão do veículo objeto do presente litígio.

Com a retenção do veículo (fl. 101 SAJPG), apresentou pedido de reconsideração, argumentando que deveria ser novamente constituído em mora (fls. 102-107 SAJPG), o que foi rejeitado pelo magistrado singular às fls.

110-111.

Foi então que o réu interpôs o agravo de instrumento cuja insurgência ora se examina, consistente no reiterado argumento de necessidade na nova constituição em mora.

(...)

No entretanto, a mora, por si só, não basta para o credor fiduciário demandar a recomposição de seu direito mediante a busca e apreensão do bem.

Indispensável sua comprovação.

Aliás, trata-se de entendimento sedimentado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, nos termos da Súmula n. 72, sob este enunciado:

"A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente".

Com efeito, a comprovação da mora admite-se, atualmente, nas seguintes formas: por carta registrada com aviso de recebimento, ou expedida por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos, ou, ainda, pelo protesto do título, a critério do credor.

Na cláusula 3 do acordo celebrado entre as partes, ficou consignado que a ação de

busca e apreensão ficaria suspensa até o ajuste ser integralmente cumprido, o que não ocorreu, já que previa expressamente a continuidade do pagamento das demais parcelas do financiamento (fls. 53-54 SAJPG).

Conforme consignado pelo relator da Câmara Civil Especial no exame do efeito suspensivo pleiteado ao recurso "é irrelevante o fato de ter havido, após o ajuizamento da demanda, o pagamento de algumas das parcelas que se encontravam vencidas, sobretudo porque o devedor foi regularmente constituído em mora quando devia não somente as parcelas de abril e maio de 2016, como também as seguintes, em razão do vencimento antecipado do contrato.

Outrossim, a mora do agravante somente seria desconstituída, acaso houvesse o adimplemento da integralidade da dívida indicada pelo credor fiduciário na inicial, no caso, R\$ 34.163,01 (trinta e quatro mil cento e sessenta e três reais e um centavo), o que não ocorreu na hipótese." (fl. 20) Por sobre isso, o recorrente sequer demonstra o mister de adimplir a dívida, tampouco demonstrou comprovante de pagamento da mesma, tentando se valer de suposta invalidade da constituição em mora.

A insurgência, todavia, não traz impugnação específica aos fundamentos adotados pelo acórdão recorrido, em especial, à conclusão de que a cláusula 3 do acordo apenas suspendeu o processo de busca e apreensão, motivo pelo qual, uma vez já constituída a mora, seria desnecessária uma nova notificação.

Logo, conclui-se que o recurso encontra óbice na Súmula n. 283 do STF.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. NULIDADE OCORRIDA NO PROCESSO DE CONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO. COISA JULGADA. PRECEDENTES. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. DISSÍDIO NÃO CONFIGURADO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Pacífico o entendimento consolidado neste Sodalício, no sentido de que "transitada a sentença e formado o título executivo judicial, não há falar em possibilidade de discussão da questão em sede de processo de execução. A questão torna-se imutável, cabendo sua revisão apenas por outros instrumentos como a ação rescisória." (AgRg no REsp 804.518/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 6/11/2012, DJe 5/12/2012.

2. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não-conhecimento da pretensão recursal.

Incidência da Súmula nº 283/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."

3. A admissibilidade do recurso especial pressupõe-se uma argumentação lógica, sendo que no caso em exame, caracterizou-se deficiência de fundamentação. Incidência da Súmula 284 do STF. "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

4. A análise do especial fundado em dissídio jurisprudencial deve ser demonstrado nos moldes exigidos pelos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, o que não ocorreu.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp n. 399.252/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/2/2017, DJe 24/2/2017.)

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do agravo.

Publique-se e intemem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator